

As sabatinas no Jornal Nacional: interações entre indústria cultural e modalidades de esfera pública

Jonas Medeiros (CEBRAP)*

Introdução

Como analisar as sabatinas que o Jornal Nacional da Rede Globo realizou com quatro candidatos à presidência da república no final de agosto de 2022? Estou aqui menos interessado em quem “ganhou” ou “perdeu” com as entrevistas e mais em propor uma leitura informada por teorias críticas da esfera pública. Para contextualizar tal leitura e tais teorias, vou reconstruir muito brevemente a história da esfera pública no Brasil, dividida em três fases históricas e uma crise contemporânea. Parto da hipótese de que existe uma simultaneidade desigual e combinada que sobrepõe, articula e colide diferentes modalidades da esfera pública, cada uma das quais emergiram em momentos diversos da história brasileira. Esta hipótese não busca ser simplista ou unilateral, no sentido de que as candidaturas presidenciais monopolizariam ou seriam representantes perfeitas de cada uma destas modalidades, mas defenderei que as candidaturas podem ser organizadas a partir de suas relações com estas modalidades com fertilidade interpretativa, desde que também sejam situadas no contexto de interações simbólicas marcadas por relações de poder com o maior cartel de mídia da indústria cultural brasileira: o Grupo Globo.

Breve história da esfera pública no Brasil

Esfera pública burguesa

Um dos principais elementos da esfera pública burguesa é a racionalização da dominação burguesa: a substituição do despotismo próprio às monarquias absolutistas (incluindo a relação entre um império, como o português, e uma colônia, como o Brasil) por uma racionalidade burguesa ou, dito de outra forma, da racionalidade própria ao modelo liberal da esfera pública burguesa. Em outras palavras, substituir “a irracionalidade”, isto é, “cada acontecimento singular ser julgado apenas a partir do livre arbítrio do senhor, sem qualquer referência a normas gerais e abstratas”, as quais são, no final das contas, responsáveis “pela institucionalização de elementos de previsibilidade e calculabilidade racionais” (MEDEIROS, 2012, p. 32-33, n. 46). Dialogo aqui com “a definição weberiana da racionalidade como calculabilidade, ou seja: como a busca tecnicamente orientada pelo ‘máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade’” (WEBER apud MEDEIROS, 2012, p. 34). Inúmeros pesquisadores da história cultural[i] têm argumentado o Brasil nos últimos anos que a transição do XVIII para o XIX é marcada pelo surgimento de esferas públicas inicialmente subterrâneas,

monitoradas e censuradas, mas que mesmo assim foram capazes de fazer circular livros e ideias iluministas e que a vinda da família portuguesa em 1808 e a independência em 1822 consolidaram gradualmente uma esfera pública política que limitou o poder do Estado absolutista, constitucionalizando-o.

Contudo, desde a emergência da teoria social pós-habermasiana que está na base dos Estudos de Contrapúblicos, sabemos que esta racionalidade burguesa não é, como queria o jovem Habermas (2014), a racionalização da dominação em direção à abolição da própria dominação, em prol de uma racionalidade comunicativa, mas apenas uma nova modalidade de legitimar relações de poder e sistemas de opressão. No caso brasileiro, para além da esfera pública burguesa sempre ter estado moldada para perpetuar o monopólio do discurso público por homens, brancos, heterossexuais e cristãos (como nos EUA, cf. WARNER, 1990), havia o agravante da escravatura: “o cidadão” não era apenas proprietário de terras e meios de produção, mas também de seres humanos escravizados. Trabalho com a hipótese de que tal modalidade liberal da esfera pública burguesa inclusive sobrevive à abolição da escravidão e à proclamação da república, uma vez que sua função política permanecesse basicamente a mesma no decorrer da Primeira República: ser uma arena discursiva onde as aristocracias provinciais se tornaram as oligarquias estaduais (VISCARDI, 2019), controlando o sistema político brasileiro e excluindo grupos sociais subalternizados como negros, mulheres e trabalhadores.

Esfera pública semi-burguesa

O trabalhismo original (inventado em 1942-45, cf. GOMES, 2005) foi o resultado de um longo e conflituoso processo de integração política das classes trabalhadoras urbanas. Vargas foi fundamental na primeira mudança estrutural da esfera pública no Brasil, no momento em que o Estado buscou se apropriar da palavra operária, lentamente construída por uma esfera pública proletária de caráter fragmentado e diverso (composta por anarquistas, socialistas e comunistas). Não há, portanto, historicamente no Brasil, trabalhismo sem movimentos de massas que o antecedam e que o sucedam. Outros historiadores sociais do trabalho^[ii] mostraram como, por mais que o Estado tenha buscado roubar, sequestrar ou controlar a palavra operária, tal processo nunca foi totalizante; a consolidação depois de 1946, de uma esfera pública semi-burguesa, isto é, de uma forma híbrida e articulada das esferas públicas burguesa e proletária (com a assimilação de determinados elementos do mundo da vida dos trabalhadores nos mecanismos de integração da esfera pública burguesa, para usar os termos de NEGTE; KLUGE, 1993), permitiu que o associativismo operário permanecesse relativamente autônomo para reivindicar a criação e efetivação de direitos sociais e políticos, ao menos até o golpe militar

de 1964, que destruiu tal esfera pública semi-burguesa e consolidou uma autocracia burguesa (FERNANDES, 1976).

Indústria cultural

Segundo o trabalho inovador de Renato Ortiz (1988), os anos 1970 viveram nova mudança estrutural, com o advento das indústrias culturais e de um mercado de consumo de massas de bens culturais ou simbólicos (livros, jornais, revistas, rádio, cinema, música, teatro, publicidade e especialmente a televisão). Depois de um primeiro momento de voluntarismo, improvisação e experimentação (mas também do que o sociólogo chama de uma criatividade e efervescência culturais no período democrático entre 1945-64), a indústria cultural propriamente dita (em uma leitura que dialoga com o conceito de Theodor Adorno, mas claramente em chave heterodoxa, ao abrir espaço para a apropriação de teorias e conceitos de autores como Pierre Bourdieu e Edgar Morin) só se consolida no Brasil quando ocorrem processos de racionalização capitalista, com especialização e profissionalização crescentes. Tal processo ocorre em contexto de colaboração entre o Estado autoritário da ditadura militar e grupos privados culturais, com destaque para as Organizações Globo. Ortiz então defende uma tese surpreendente: um setor relevante dos intelectuais e artistas do projeto nacional-popular foram integrados não mais pela esfera pública (que foi corroída e destruída pela censura da ditadura), mas sim pela indústria cultural, em especial na produção das telenovelas, efetivando de forma ideológica o seu projeto dos anos 1940-50 no contexto dos anos 1960-70, em novos termos: tanto políticos (agora autoritário) quanto culturais (agora industrializado). Por outro lado, como aponta Bucci (2016), esta incorporação da “criatividade anárquica” de artistas e roteiristas vindos da esquerda produzindo narrativas realistas era complementada na Rede Globo pela produção de um telejornalismo alinhado à ditadura militar, de caráter falso e ficcional.

Esfera pública pós-burguesa

Contudo, nem a autocracia burguesa do regime militar (FERNANDES, 1976) nem a indústria cultural das Organizações Globo foram capazes de controlar de cima para baixo o processo de saída da ditadura. A organização de baixo para cima da sociedade civil (COUTINHO, 2011) e dos movimentos sociais e suas imprensas alternativas, conquistaram avanços e direitos sociais, políticos e culturais na Constituinte de 1987-88, levando ao chamado “pacto de 88”, a mais recente mudança estrutural, a qual proponho aqui chamar de esfera pública pós-burguesa (ROCHA; MEDEIROS, 2022). Bem mais recentemente, o cientista político André Singer (2012) concebeu o lulismo como um reformismo fraco; mas também podemos expandir tal concepção de “reformismo fraco” para abranger outros atores políticos, ao perceber que o PT apresentou um compromisso mais estável com o que

pode ser chamado de social-liberalismo, tendo este sido compartilhado de modo flutuante por PSDB e (P)MDB em diferentes momentos da Nova República.

Os discursos dos movimentos sociais oposicionais que surgiram no processo de redemocratização nunca reinaram sozinhos no “pacto de 88”, isto é, na esfera pública pós-burguesa; esta precisa necessariamente ser concebida, na linha de Fraser (1989), como uma arena compartilhada por discursos oposicionais (de desnaturalização e politização), especializados (de despolitização tecnocrática) e neoconservadores (de despolitização e renaturalização). Outros cientistas sociais têm buscado compreender este mesmo fenômeno, em especial na relação por vezes dialógica, por vezes conflituosa, dos discursos oposicionais e dos especializados, porém com outros instrumentos teóricos; os pesquisadores em torno do Núcleo de Pesquisa Democracia e Ação Coletiva do CEBRAP, por exemplo, tem acumulado pesquisas empíricas e teóricas para interpretar a participação institucionalizada por meio de noções como “encaixes” e “interações socioestatais” (LAVALLE; et al, 2018); em uma chave mais próxima à minha abordagem, por dialogar com a teoria de Fraser, Sonia Alvarez (2000) propôs interpretar a complexificação dos novos movimentos sociais, em especial do feminista, pela chave do imbricamento entre públicos subalternos e públicos dominantes, o que de forma quase inevitável incentivará a reação e reconfiguração de públicos e contrapúblicos neoconservadores, processo este que tem se aprofundado e radicalizado nos últimos anos.

Contrapublicidade conservadora

A crise contemporânea da esfera pública pós-burguesa passa pela ascensão e fortalecimento do que tenho chamado com pesquisadoras colaboradoras de “contrapublicidade de direita” (ROCHA; SOLANO, MEDEIROS, 2021), um estilo retórico que busca transgredir as normas contemporâneas de decoro do discurso público com hostilidade, ofensas, xingamentos, provocações, agressões e o humor “politicamente incorreto”. Aqui, a teoria crítica de Michael Warner (2002) de certa forma complementa e se sobrepõe ao modelo teórico-crítico de Fraser, pois este crítico literário dissocia contrapublicidade e subalternidade, o que permite ler a contrapublicidade conservadora como uma transgressão sistemática das novas normas de decoro que complexificaram o discurso público e integraram, mesmo que de forma frágil e contingente, grupos sociais subalternizados desde o grande ciclo global de protestos em torno de 1968. Neste novo contexto público, a teoria queer passa a ser surpreendentemente fértil para interpretar a extrema-direita (MEDEIROS, 2022b).

O horizonte desta estratégia discursiva é o esgarçamento, a mutilação, a corrosão e a destruição (em breve) daquela arena compartilhada por discursos oposicionais, especializados e neoconservadores, em um processo de rebelião conservadora contra a

esfera pública democrática, historicamente inédita no Brasil. Inspirados especialmente por Olavo de Carvalho, intelectuais reacionários passaram a interpretar a esfera pública pós-burguesa a partir de alguns significantes vazios: “politicamente correto”, hegemonia do “marxismo cultural” e “comunismo”. Mais do que tomar a “guerra cultural” como um diagnóstico da esfera pública brasileira contemporânea, como fazem diversos pesquisadores brasileiros, prefiro situar as categorias nativas “hegemonia cultural”, “guerra cultural” e “revolução cultural (conservadora)” como etapas concebidas por um projeto conservador-reacionário deliberado de desconstrução do pacto de 88 para relegitimar sistemas de opressão que passaram a ser questionados de forma crescente, primeiro na redemocratização brasileira nas décadas de 1970 e 80 e depois no ciclo de protestos nos anos 2010.

A seguir, buscarei demonstrar como as performances dos quatro candidatos no Jornal Nacional podem ser melhor compreendidos tendo em vista esta (brevíssima) história da esfera pública, tanto em suas descontinuidades quanto em suas sobreposições históricas.

As quatro sabatinas no Jornal Nacional

Lula

Lula se apresentou na sabatina no Jornal Nacional, acima de tudo, em termos republicanos e institucionalistas[iii], como quando tratou da escolha do Procurador-Geral da República; embora não tenha se comprometido com a regra que o próprio PT criou (escolher o primeiro da lista tríplice formulada pela Associação Nacional dos Procuradores da República), fez questão de dizer que não escolheria um amigo (como fez Bolsonaro), mas “pessoas competentes, ilibadas e republicanas”: “A seriedade das instituições que vai garantir o exercício da democracia. As coisas vão ser feitas da forma mais republicana possível”. Outro momento, ainda mais paradigmático de tal institucionalismo republicano, foi a proclamação de três palavras mágicas que a chapa Lula-Alckmin (“o melhor presidente que o Brasil já teve” e o governador de São Paulo por “16 anos” e vice de Mário Covas por outros 6 anos) buscará, se eleita: credibilidade, previsibilidade e estabilidade. Ora, estes três termos são estruturantes justamente do modelo liberal da esfera pública burguesa e sacralizados pelo que se costuma chamar de “Mercado”.

Alguns pequenos momentos nos quais Lula foi além de seu compromisso aberto e explícito com a esfera pública burguesa clássica diante da indústria cultural Rede Globo (mas fazendo questão de se afastar de modelos autocráticos como China e Cuba): (1) expor que o Centrão foi inventado para derrotar os avanços sociais que estavam sendo alcançados nas primeiras fases do Congresso Constituinte de 1987-88[iv]; (2) o diagnóstico, nostálgico do período 1994-2014, de que o Brasil era feliz com a “saudável polarização”

PT/PSDB; nesta chave, Lula definiu mais de uma vez a política como “a convivência democrática com a diversidade”, além da necessidade de negociar e conversar com os contrários (adversários), nunca com ódio (inimigos), além de citar Paulo Freire – é estar junto com os divergentes para vencer os antagônicos[v] – a fim de justificar Alckmin como vice para derrotar “o fascismo e a ultradireita”; e (3) a preferência do termo “cuidar” em detrimento da noção (comparativamente tecnocrática) de “governar”, o que significaria “colocar o pobre de volta no orçamento”.

Interpretados de forma generosa, estes três elementos apontam para uma flutuação, modulação ou articulação por parte de Lula entre as modalidades burguesa e pós-burguesa da esfera pública, além de um claro compromisso com a reedição do que Singer chamou de “reformismo fraco”, no sentido de apostar todas as fichas nas instituições, no republicanismo e na convivência pacífica dos diferentes (com a perspectiva otimista do Estado intermediar os polos oposicional e neoconservador).

Ciro Gomes

Ao final de sua sabatina, Ciro nos deu uma chave interpretativa preciosa para sua sabatina ao reivindicar o “trabalhismo como a corrente mais produtiva da história do país”. O núcleo positivo de sua entrevista foi a proposta de um projeto de país com caráter redistributivo, em especial na defesa da constitucionalização da renda mínima a ser financiada por um imposto sobre grandes fortunas (transferindo renda dos milionários brasileiros para milhões de pessoas do povo brasileiro).

Contudo, as desconexões entre tempos históricos começam a se revelar quando ele se apresenta como representante de “um movimento abolicionista em um sistema escravista”. Justamente por não representar nenhum movimento social de massas, a atualização do trabalhismo que Ciro propõe para o século XXI tem um pecado original, de marca tecnocrática: ele propõe a superação simultânea da crise econômica e da crise política por um novíssimo pacto político da Presidência da República com governadores e prefeitos (ou seja, um diálogo interno ao sistema político, sem abertura permanente com a sociedade civil) e uma concepção demasiadamente restrita de participação política, com plebiscitos eventuais e localizados para destravar reformas que não avançam no sistema político; sem referências a movimentos sociais e nem sequer a participação institucionalizada, que foi tão central para a esfera pública pós-burguesa depois de 1988.[vi]

Outro exemplo de desconexão histórica entre a candidatura de Ciro e a modalidade contemporânea de esfera pública está na sua resposta à pergunta dos entrevistadores sobre mudança climática. Ciro contextualiza que o desmatamento mudou, em meia geração, de algo necessário e incentivado a um crime hediondo (justamente o processo histórico de emergência do pacto de 1988, no qual o movimento ambientalista participou, tal

como outros movimentos sociais); “nosso povo só sabe desmatar”, disse Ciro, ao defender que seria preciso nos livrarmos de “idealizações” do eixo SP-RJ-DF que não teriam nenhuma aderência no Norte. Nesta interação simbólica, a Rede Globo se vendeu como mais ambientalista e, portanto, se auto-apresentando como mais comprometida com a esfera pública pós-burguesa do que o trabalhismo de Ciro, o qual permaneceu desconectado e descomprometido com os públicos subalternos ambientalistas que constituíram a esfera pública pós-burguesa desde o início dos anos 1980.

Simone Tebet

Antes da sabatina de Simone Tebet, confesso que minha hipótese preliminar era no sentido de que ela se auto-apresentaria como representante do (neo)liberalismo, inclusive tendo em vista o legado do Governo Temer, e, portanto, que, no melhor dos cenários, ela buscaria se diferenciar do bolsonarismo relacionando liberalismo econômico com liberalismo político e, assim, reivindicando o modelo liberal da esfera pública burguesa.

Para minha surpresa, ela apresentou sua candidatura como fruto da contribuição programática dos “maiores economistas liberais do Brasil”, mas buscou entrelaçar tal liberalismo com uma agenda social, o que talvez possa ser mais adequadamente descrito como social-liberalismo[vii]. A síntese de sua mensagem publicitária foi a repetição do slogan “alma da mulher brasileira e coração de mãe”, como forma tanto de resolver as questões políticas quanto as socioeconômicas. A primeira vez que o slogan surgiu foi no contexto de uma proposta política abstrata de passar do presidencialismo de coalizão (que seria, para ela, de cooptação) para o presidencialismo de conciliação. Já a segunda vez foi para coroar sua ênfase nos direitos sociais. Seu programa de governo, repetidamente apresentado como tendo sido “formulado por economistas liberais”, estaria propondo a responsabilidade fiscal como mero meio para a finalidade da responsabilidade social, taxando lucros e dividendos (no que seria uma espécie de Lei Robin Hood para reconfigurar o Brasil, “o país mais rico do mundo com o povo mais pobre”) para financiar políticas públicas orientadas para lidar com a fome, a miséria, a pobreza, a educação e a saúde públicas, a moradia, o foco em crianças e adolescentes e, por fim, o direito social ao trabalho, gerando emprego e renda.

No meu entender, o discurso e a performance de Tebet buscaram revestir eleitoralmente o liberalismo como social-liberalismo e que pudesse se apresentar, portanto, como uma defensora da restauração do pacto de 1988 e da esfera pública pós-burguesa, em uma tentativa bastante incipiente de se apresentar como uma espécie de “mãe dos pobres”, quem sabe construindo bases para futuras corridas presidenciais. Tebet, inclusive, não buscou reivindicar em nenhum momento o legado do Governo Temer, o que é compreensível, pois sua agenda ultraliberal contribuiu para a corrosão do pacto de 1988

com o teto dos gastos públicos e que jamais teria conseguido ganhar uma eleição no Brasil, só tendo sido implementada por ter sido o resultado de uma “parlamentada”, para usar um termo utilizado por Marcos Nobre.

A temática de formar um ministeriado com igualdade de gênero também pode ser lida como uma pauta abertamente relacionada à esfera pública pós-burguesa. Contudo, novamente, o Governo Temer surge como uma espécie de fantasma não-tematizado, uma vez que o ministeriado do início do Governo Temer (em maio de 2016) foi o primeiro desde a ditadura militar que foi composto exclusivamente por homens, o que chegou inclusive a motivar, naquele momento, manifestações de rua feministas sob o nome “Mulheres Contra Temer”.

Jair Bolsonaro

Para compreender a eficácia da estratégia discursiva de Bolsonaro é preciso tomá-la como um exemplo paradigmático da contrapublicidade conservadora. A sabatina foi iniciada por Bonner perguntando sobre xingamentos a ministros do STF, ataques e ameaças; Bolsonaro então nega a existência de qualquer xingamento, promovendo uma inversão: ele estaria sendo alvo de uma fake news de Bonner. Em seguida, o entrevistador insiste e Bolsonaro reconhece que xingou, sim, Alexandre de Moraes de “canalha”, mas justifica indiretamente o fato pois teria sido “apenas um ministro” e, se não fosse por esta atitude transgressiva e agressiva, não haveria, hoje, diálogo entre Alexandre de Moraes e o Ministério da Defesa: “precisei provocar para chegar neste ponto” (meu grifo), “pelo que tudo indica, está [agora] pacificado”. A “paz” entre as instituições só teria sido alcançada pela retórica provocativa e belicosa.

O fundamento valorativo por trás da maioria dos posicionamentos de Bolsonaro em resposta a diferentes perguntas temáticas é uma concepção de liberdade absoluta, o que poderia ser nomeado de um libertarianismo radical. Foram três principais momentos em que esta liberdade irrestrita foi por ele reivindicada: (1) palavras de ordem em manifestações de rua conservadoras como “Artigo 142” (que busca justificar uma intervenção militar), pedidos de fechamento do Congresso Nacional ou mesmo faixas defendendo um novo AI-5 (ato institucional da ditadura militar) não poderiam ser reprimidos, pois seriam “liberdade de expressão”; (2) o tratamento precoce foi apresentado e defendido como “liberdade do médico”; e (3) a desregulamentação ambiental e o desmonte de instituições fiscalizadoras como o Ibama foram justificados por Bolsonaro por serem “abusos do Estado” contra a liberdade dos proprietários de terra.

No meu entender, a contrapublicidade conservadora mantém uma relação parasitária com o direito à liberdade de expressão, que é um dos fundamentos e condições de possibilidade de qualquer esfera pública democrática; a reivindicação de liberdade

absoluta de expressão para os conservadores reacionários é reivindicada continuamente como forma de restringir a liberdade de expressão de seus adversários, tornados inimigos, o que gradualmente mina o próprio debate público entre posições divergentes – uma das reivindicações do ato de 7 de setembro de 2021 era, por exemplo, uma nova Constituição que criminalizasse “o comunismo” (MEDEIROS, 2021a), um significante vazio para os conservadores reacionários que mira todos os atores sociais que contribuíram para a criação de uma esfera pública pós-burguesa.

Outras questões linguísticas que são preciosas para revelar o *modus operandi* da contrapublicidade conservadora foram: (1) a justificativa da frase de que quem tomasse a vacina poderia “virar jacaré” não seria piada, desrespeito ou ofensa, mas sim “figura de linguagem” (“faz parte da literatura portuguesa”, disse Bolsonaro); (2) a #FiqueEmCasa foi “politicamente correta” (embora não fique totalmente claro o que Bolsonaro quer dizer com isso, a “ditadura do politicamente correto” é uma senha ou forma alternativa dos reacionários se referirem à “hegemonia do marxismo cultural”); e (3) o próprio Bolsonaro admite e talvez até mesmo valorize que a reunião de ministros que teve o vídeo liberado em 2020 foi recheada de palavrões.

A reação dos entrevistadores, em especial de Bonner, alternando entre momentos de calma excessiva e atitudes levemente irônicas, mostra como a manutenção do decoro da indústria cultural é completamente ineficaz para desarmar quaisquer mentiras e distorções. A manutenção do decoro diante da quebra persistente do decoro implica um jogo impossível para as normas do decoro público vencerem.[viii] Por este motivo, o estilo retórico da contrapublicidade conservadora de Bolsonaro pode não ter dialogado com eleitores indecisos como foi capaz nas eleições de 2018 – momento no qual esta estratégia discursiva pode funcionar de forma localizada e contingente como um “populismo”, no sentido de Laclau (2013), embora esta não seja sua característica intrínseca –, mas certamente foi recepcionada pelos contrapúblicos bolsonaristas como prova de sua força, impermeabilidade e, por fim, caráter antissistêmico da presidência e da candidatura à reeleição de Bolsonaro.

Considerações finais

Como então analisar a interação simbólica entre os candidatos e a arena discursiva construída e mantida pela Rede Globo no Jornal Nacional, sendo ela própria estruturada como uma modalidade específica da esfera pública (a indústria cultural)? Minha grande hipótese geral aqui é: em termos de conteúdo, retórica e performance, as sabatinas do Jornal Nacional com os candidatos à Presidência da República são o resultado de uma interação simbólica entre diferentes e múltiplas modalidades da esfera pública: burguesa, semi-burguesa, pós-burguesa e, por fim, de modo transversal, a indústria cultural.

A concepção clássica e adorniana de indústria cultural defende que a comunicação de massas se equivale a um processo econômico de venda de produtos culturais enquanto mercadorias. Contudo, em abordagens pós-adornianas (sejam elas no interior da teoria crítica – como o conceito de indústria da consciência de Negt e Kluge – sejam elas apontando para fora do que se tornou o cânone teórico-crítico – como os estudos culturais de Stuart Hall e colaboradores), sempre são diagnosticados transbordamentos para além da lógica capitalista da mercantilização da cultura. Será que cada sabatina seria a venda de um produto que não se diferencia dos demais no mercado eleitoral? Acredito que não, trata-se de relações diversas com tendências que mobilizam e reivindicam diferentes modalidades da esfera pública, embora, certamente, a arena discursiva criada pela indústria cultural imponha pesados constrangimentos para o uso do que Fraser (1989) chamou de meios socioculturais de interpretação e comunicação, sejam eles de caráter hegemônico ou contra-hegemônico, isto é, os vocabulários, os paradigmas argumentativos, as convenções narrativas, os dispositivos retóricos e as dimensões corporais e gestuais da fala mobilizados por cada candidatura. Os temas, as noções e os estilos discursivos e retóricos não estão sendo exercidos de modo livre pelos candidatos na sabatina, mas sim, estão constrangidos por um ambiente comunicacional conduzido pelos apresentadores do telejornal que atuam como espécie de “dublês de atores” (PAIVA, 2017) e no qual os políticos estão presos ou limitados por determinadas amarras. Por outro lado, eleitores e telespectadores não são caracterizados pelo binômio passividade-manipulação, como hipotetiza a teoria clássica da indústria cultural: grafos analisando redes sociais como o Twitter mostram como as recepções de cada sabatina são diferenciadas e não padronizadas de modo pré-determinado como espera o conceito adorniano.[ix]

Certamente, existe uma agenda econômica propalada pela Rede Globo, o que significa o seu atrelamento a certos interesses econômicos, como, por exemplo, na defesa intransigente de que “o agronegócio anda junto com o meio ambiente”. Tal agenda se revela implícita e indiretamente nas perguntas comuns que foram dirigidas a (quase) todos os candidatos: (1) responsabilidade fiscal (de onde vai vir o dinheiro para os gastos sociais prometidos); (2) o presidencialismo de coalizão (como formar maioria no Congresso e como lidar com os partidos do Centrão e com o Orçamento Secreto); e (3) um compromisso ambivalente com a pauta do meio ambiente (por vezes pró-ambientalismo, outra vez pró-agronegócio).

Neste último caso, é interessante notar que não foi apenas a performance de Lula que operou modulações entre as modalidades burguesa e pós-burguesa da esfera pública; a própria Rede Globo buscou se apresentar como “pró-ambientalismo” nas sabinas de Bolsonaro e de Ciro (e, portanto, buscando “se vender” como parte integrante da esfera pública pós-burguesa que contou com contribuições e conquistas decisivas do movimento

ambientalista), já contra Lula eles tergiversaram, batendo na tecla “o agro e o meio ambiente caminham junto”, enquanto Lula buscou distinguir com nitidez (talvez excessiva) setores do agronegócio que seriam produtivos e democráticos (e querem preservar o meio ambiente) e outros que seriam fascistas e ultradireitistas (que querem desmatar e apoiam incondicionalmente Bolsonaro).

Paradoxalmente, Tebet, por ter maior proximidade e aceitação da Rede Globo, pode performar mais abertamente um compromisso com o reformismo fraco da esfera pública pós-burguesa do que o próprio Lula, que, constrangido, pela arena discursiva da indústria cultural da Globo, fez inúmeros acenos a uma modalidade historicamente anterior da esfera pública, penso aqui em especial no modelo burguês liberal, nos momentos em que frisa seus compromissos fortemente institucionalistas e republicanos. Contudo, se prestarmos atenção aos momentos nos quais Lula está mais livre destes constrangimentos ou, analisando por outro ângulo, está constrangido por outras modalidades de esfera pública, penso em especial na presença de movimentos sociais e seus públicos subalternos (feministas, antirracistas, LGBT+, etc.) em seus comícios, Lula acena e tece compromissos públicos de restauração da esfera pública democrática pós-88 (MEDEIROS, 2022).

Assim, encerro defendendo uma hipótese que soará polêmica: as candidaturas de Lula e de Tebet transitam no mesmo campo social-liberal (como, antigamente, PT e PSDB), isto é, intencionam de uma forma ou de outra restaurar o pacto de 88 (não reinventá-lo muito menos aprofundá-lo, como reivindicavam atores relevantes da oposição de esquerda no ciclo de protestos de 2011-18, como feministas[x] e secundaristas[xi]) – ambas as candidaturas, inclusive, buscam fugir de concepções liberais e tecnocráticas de “governar” e apontam para a noção de “cuidar”, seja “do povo” seja “das pessoas” (respectivamente: um pai e uma mãe dos pobres); já Ciro quer se apresentar como o futuro, mas acaba soando historicamente anacrônico[xii] (um trabalhismo que, sem o respaldo de um movimento social de massas como na época de Vargas, se torna meramente tecnocrático); e, por fim, Bolsonaro é, sem quaisquer dúvidas, o que se constrói e se posiciona politicamente mais distante dos três outros entrevistados: pela corrosão libertariana e reacionária – porém não (neo)fascista[xiii] – do Estado e do pacto de 88 (em uma posição que poderia ser chamada de pós-pós-burguesa e, portanto, em prol da restauração de uma autocracia burguesa no Brasil).

Notas

*Jonas Medeiros é Cientista Social com Doutorado em Educação pela Unicamp e pesquisador do CEBRAP

[i] Tais como Maria Bastos Pereira das Neves, Luiz Carlos Villalta, Marco Morel, Marcello Basile, Marialva Carlos Barbosa, dentre outros.

[ii] Tais como Adriano Duarte, Alexandre Fortes, Antonio Negro, Paulo Fontes, dentre outros historiadores inspirados pela historiografia materialista cultural de E. P. Thompson.

[iii] Ou, como escreveu com precisão a cientista política Luciana Ballestrin, profa. da UFPEL: um “populismo republicano, democrático e institucionalista-liberal”.

[iv] Como já demonstrou Marcos Nobre (2013), “o Centrão” não é apenas um cartel de venda de apoio parlamentar, ele foi também a cristalização de bloqueios ao processo de aprofundamento da democratização brasileira e de limites à canalização institucional de energias transformadoras vindas da base da sociedade.

[v] O verdadeiro contexto da passagem original de Paulo Freire citado diversas vezes por Lula era a dificuldade de construção pós-1968 de uma coalizão interseccional entre os novos movimentos sociais protagonizados por grupos oprimidos a fim de que se unissem para vencer o antagonismo de seus opressores; cf. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/08/26/entenda-o-contexto-da-frase-de-paulo-freire-citada-por-lula-durante-sabatina-do-jornal-nacional.ghtml>

[vi] Para uma interpretação alternativa da sabatina de Ciro e bastante otimista com relação às perspectivas de seu projeto de país se desenvolver em direção à “estruturação de um movimento de massas”, cf. Silva (2022).

[vii] Quem tem simpatias pelos diagnósticos contemporâneos de Nancy Fraser certamente pode interpretá-la como representante do “neoliberalismo progressista” (FRASER, 2018); já para outros intérpretes, menos sutis, seria mera “agenda” ou “propaganda woke”.

[viii] Como disse o sociólogo Fabrício Maciel (UFF): “os jornalistas [...] foram civilizados com a incivilidade”.

[ix] Para a sabatina de Bolsonaro, cf. https://mobile.twitter.com/Pedro_Barciela/status/1561878306777079809 ; já para a de Lula, cf. https://twitter.com/Pedro_Barciela/status/1562959659824476163

[x] Cf. Medeiros e Fanti (2019).

[xi] Cf. Medeiros, Januário e Melo (2019).

[xii] O que se repetiu mais recentemente em seu comentário sobre a derrota do Apruevo no Plebiscito Constitucional no Chile: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/05/ciro-gomes-diz-que-pautas-identitarias-sao-baboseiras-da-esquerda.htm>

[xiii] Ao se referir ao pano de fundo do Orçamento Secreto (como sintoma do que seria um semi-presidencialismo ou um semi-parlamentarismo), Lula chamou Bolsonaro de “bobo da corte” (isto é, ele mal seria um presidente da república, estando refém do Congresso), cometendo uma espécie de ato falho que revela a oscilação ou ambivalência da caracterização de Bolsonaro por parte do PT e de atores que integram ou orbitam o campo democrático-popular. Oras, ou Bolsonaro é um bobo da corte (sem nenhum poder) ou ele é

um fascista (com tamanho poder a ponto de ameaçar a continuidade da democracia brasileira). Marco Antonio Perruso escreveu um livro intitulado “10 anos de junho de 2013: da crise do lulismo ao bolsonarismo em crise” que está no prelo, no qual ele argumenta, acredito que com razão, que a conceitualização do bolsonarismo como (neo)fascismo acaba tendo a função de relegitimar a hegemonia do PT sobre movimentos sociais e atores políticos da esquerda brasileira, apagando os nexos históricos entre o reformismo fraco dos governos petistas e suas alianças com grupos neoconservadores que depois compuseram os governos Temer e Bolsonaro.

Referências

- ALVAREZ, Sonia. **A “globalização” dos feminismos latino-americanos**: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 383-426.
- BUCCI, Eugênio. **Televisão brasileira e ditadura militar**: tudo a ver com o que está aí até hoje. *Rumores*, v. 10, n. 20, p. 172-193, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FRASER, Nancy. **Unruly Practices**: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1989.
- FRASER, Nancy. **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp 2014.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika SZWAKO, José (Org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.
- MEDEIROS, Jonas. **Crítica imanente como práxis**: apresentação e investigação no ensaio sobre a reificação de Georg Lukács. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2012.
- MEDEIROS, Jonas. Protesto bolsonarista: perfil social, valores e emoções. *Poder360*, 08 set. 2021a. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/opiniaio/protesto-bolsonarista-perfil-social-valores-e-emocoes-por-jonas-medeiros/?a-z>

MEDEIROS, Jonas. “**The Bolsonaro Paradox**”: um resumo. Revista Escuta, 05 out. 2021b. Disponível em:

<https://revistaescuta.wordpress.com/2021/10/05/the-bolsonaro-paradox-um-resumo/>

MEDEIROS, Jonas. **O comício de Lula em BH**: entre o passado e o futuro. Poder360, 20 ago. 2022. Disponível em

<https://www.poder360.com.br/opiniaio/o-comicio-de-lula-em-bh-entre-o-passado-e-o-futuro/>

MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabiola. **Recent Changes in the Brazilian Feminist Field: The Emergence of New Collective Subjects**. In: FERRERO, Juan Pablo; TATAGIBA, Luciana; NATALUCCI, Ana (Ed.) *Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left Turn in Argentina and Brazil*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019. p. 221-242.

MEDEIROS, Jonas; JANUARIO, Adriano; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2019.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. **Public sphere and experience: Toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. **O paradoxo da Rede Globo: Gramática tendenciosa do Jornal Nacional e Narrativa crítica da minissérie “Os dias eram assim”**. VI Colóquio Semiótica das Mídias, Japaratinga-AL, 2017.

ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. **2022: o pacto de 1988 sob a Espada de Dâmocles**. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 105, p. 65-84, 2022.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Cham: Springer, 2021.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Arthur. **Ciro resgata Vargas em plena Globo: soberania popular é plebiscito**. Portal Disparada, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://disparada.com.br/ciro-vargas-globo/>

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WARNER, Michael. **The Letters of the Republic**: Publication and the Public Sphere in Eighteenth-Century America. Cambridge/London: Harvard University Press, 1990.

Para citar este post: MEDEIROS, Jonas. As sabatinas no Jornal Nacional: interações entre indústria cultural e modalidades de esfera pública. Blog do Labemus, 2022. [Publicado em 13 de agosto de 2022]. Disponível em:
<https://blogdolabemus.com/2022/09/13/elementor-19510/>